



Polarização política e economia: uma análise do cenário brasileiro recente

Political polarization and economy: an analysis of the recent Brazilian scenario

Henrique de Freitas Cópio¹

Geovana Lorena Bertussi²

Resumo: A ideia principal deste artigo é fazer uma análise sobre a relação entre a polarização política e crescimento econômico. A seção 2 tem como objetivo explicar a polarização como fenômeno, demonstrando de que forma ela pode surgir e se manifestar. Além disso, foi realizada uma revisão literária sobre a polarização política americana, que é historicamente uma das mais relevantes no cenário global. A terceira parte é inteiramente dedicada a explicar a polarização no Brasil, também foi utilizada revisão literária e seu foco principal é mostrar a trajetória política e econômica do Brasil e como ela influenciou no surgimento da polarização política que enfrentamos nos dias de hoje. Por fim, na última seção foi feita uma análise sobre a relação da polarização brasileira e sua relação com o desempenho econômico e outras variáveis. As bases de dados para a elaboração do estudo foram retiradas do *Eldeman Trust Barometer*, *The World Bank*, *Latin American Public Opinion Project (LAPOP Data)*, *V-Dem Institute*, *World Value Survey*, Quaest e Datafolha.

Palavras-chave: Polarização política; Polarização ideológica; Polarização afetiva; Economia.

¹ Economista pela UnB. Sócio Fundador da HFC Consultoria. Consultor Financeiro Pessoal e Empresarial. Email: henrique.fcopio@gmail.com

² Economista pela UnB. Mestrado em Economia pela UFMG e Doutorado em Economia pela UnB. Atualmente, professora do Departamento de Economia da UnB. Email: geovanalorena@gmail.com



Abstract: The main idea of this article is to analyze the relation between political polarization and economic growth. Section 2 aims to explain polarization as a phenomenon, showing how it can arise and manifest. Additionally, a literature review on American political polarization, historically one of the most significant globally with extensive studies, was conducted. The third part focuses on explaining polarization in Brazil, also based on literature review, highlighting the political and economic trajectory of Brazil and its influence on current political polarization. The final section analyzes the relationship between Brazilian polarization, economic performance, and other variables. Data sources for the study includes the Eldeman Trust Barometer, The World Bank, Latin American Public Opinion Project (LAPOP Data), V-Dem Institute, World Value Survey, Quaest, and Datafolha.

Keywords: Political polarization; Ideological polarization; Affective polarization; Economy.



1. Introdução

A polarização política é um tema que está sendo bastante discutido no Brasil nos últimos anos. Por mais que exista uma forte sensação de que a polarização política é uma realidade e está se intensificando, existem poucos estudos sobre o assunto para validar essa percepção. Essa não é uma característica exclusivamente do Brasil, muitos outros países da Europa e da América Latina, principalmente, também estão enfrentando cenários de polarização. Estudos acadêmicos são necessários para contribuir na análise do problema. Nos Estados Unidos, a polarização vem sendo discutida e estudada há muito mais tempo, por isso suas pesquisas e banco de dados são muito mais completos e servem como modelo para outros países.

No Brasil, a produção de estudos sobre polarização passou a se intensificar após as eleições de 2018. Os artigos de André Bello sobre “Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas” (2023) e “Polarização política dinâmica: evidências do Brasil” (2023) são duas publicações relevantes sobre o assunto e que contribuíram de forma significativa para o aprofundamento do tema. Além disso, os artigos “Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião” (Ortelado, Ribeiro, Zeine, 2022) e “Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil (Fuks, Marques, 2022) também foram fundamentais para a análise do assunto. Visto que a primeira parte deste artigo é constituída de uma revisão literária, a presença de estudos recentes permite que esse trabalho seja bem atualizado e adequado para retratar de forma mais precisa o cenário da polarização brasileira. Outros estudos, nacionais e internacionais, de diversas áreas também foram utilizados.

Na seção 2, buscou-se explicar o que é polarização e quais são os fatores intrínsecos ao ser humano que favorecem o surgimento desse fenômeno. Em seguida, apresenta-se as diferenças entre polarização afetiva e ideológica e, ainda, quais as principais técnicas utilizadas para fazer a medição dos indicadores de polarização afetiva. Após essas explicações, é apresentada uma breve análise sobre a polarização americana, abordando sua trajetória, principais causas e alguns dados relevantes.



A terceira seção é toda focada na polarização política brasileira. Ela começa explicando sobre o contexto político e econômico do Brasil nos últimos anos e em seguida mostra como o desempenho econômico e a trajetória política brasileira se relacionam com a polarização. Por fim, por meio de revisão literária, busca-se explicar quais as características da polarização brasileira. Diferentemente dos Estados Unidos, a polarização brasileira possui um caráter muito mais afetivo e não está concentrada em partidos. A polarização brasileira tem o Partido dos Trabalhadores (PT) e o antipetismo (movimento contrário ao PT) como protagonistas e é influenciada por fatores externos de uma forma muito mais dinâmica que nos Estados Unidos.

Na última parte, utilizamos várias bases de dados para elaboração de gráficos e tabelas que pudessem auxiliar nas nossas próprias análises sobre a polarização. Primeiramente, foi investigada a relação entre desempenho econômico e polarização. Apesar de ser uma análise complexa, foi possível identificar algumas relações interessantes entre essas variáveis ao longo do tempo. Também foi possível chegar à conclusão de que o perfil da polarização brasileira é muito mais afetivo do que ideológico e que a confiança no governo e nas instituições também é um fator relevante que impacta na divisão da sociedade.

2. Polarização e Economia

De acordo com alguns dicionários, a polarização pode ser entendida como a divisão de uma sociedade em dois polos de pensamento acerca de um determinado tema. A polarização política, logo, ocorre quando o espectro político deixa de conter uma vasta gama de ideologias e passa a representar o embate entre duas correntes de pensamentos principais.

Existiram diversos outros momentos de polarização política ao longo da história, tanto dentro de países específicos, quanto entre blocos de países. Entretanto, hoje vivemos um momento sem precedentes de polarização generalizada ao redor do mundo. Dessa forma, vamos analisar quais as explicações para a ocorrência desse fenômeno e quais os seus possíveis efeitos na sociedade atual.



Inicialmente, é importante voltar no tempo para compreender um pouco acerca da própria natureza biológica do ser humano e como ela pode explicar certos comportamentos adotados no cotidiano. Há algumas centenas de milhares de anos, os primeiros seres humanos viviam em um ambiente extremamente hostil e sua única preocupação era a sobrevivência e reprodução. Além disso, o ser humano só consegue ser autossuficiente em relação à sua sobrevivência no início da sua fase adulta. Sendo assim, pode-se dizer que o ser humano foi feito para estar em grupos. Não é apenas uma questão de pertencimento ou troca de conhecimento, fazer parte de um grupo é instintivamente uma questão de sobrevivência e, por isso, tomamos muitas atitudes de forma inconsciente em prol desse objetivo até os dias de hoje.

De acordo com o artigo “O líder narcísico e o grupo” (2023), do psicanalista Igor Alexandre Capelatto, para ser aceito em um grupo, era necessário demonstrar lealdade aos participantes do grupo e, principalmente, aos líderes. Para isso, era preciso estar bem alinhado com as regras, crenças e ideais da comunidade, muitas vezes sendo necessário renunciar às próprias vontades e individualidades. Logo, a antropologia mostra que, por meio desse raciocínio, ao longo de milhares de anos de evolução, nosso cérebro foi treinado para encontrar um grupo e se manter fiel a seus valores, mesmo que isso custe a nossa individualidade. Por mais que a opinião de alguém sobre certo tema seja distinta, ir de encontro às ideias de seu grupo é algo muito incômodo e, assim, muitas vezes os pensamentos de um grupo são extremamente padronizados.

Ainda segundo o pesquisador, na antiguidade, fazia todo o sentido agir dessa forma, pensando na sobrevivência. Entretanto, em um mundo globalizado no cenário atual, onde as pessoas estão extremamente conectadas por meio da mídia digital, a lealdade irracional a grupos e a padronização de opiniões em larga escala pode trazer desdobramentos negativos e ser perigosa para a sociedade.

2.1 Polarização afetiva e sua medição

A polarização política afetiva simboliza o atual movimento de antagonismo político que se desenvolve na sociedade tendo muito mais relação com afeto do que com uma avaliação racional do governo e de suas políticas públicas. Um bom representante político passa a ser



analisado pelo que ele representa e não pelos seus feitos e propostas. Dessa forma, um líder é escolhido pelo sentimento de identificação da população e, como pouco importam as características técnicas de seu governo, o componente de militância emocional sobrepõe-se à oposição democrática racional no debate político.

No livro *"Follow the Leader? How Voters Respond to Politicians' Policies and Performance"* (2012), escrito por Gabriel S. Lenz, professor de ciência política na Universidade da Califórnia, é abordada a capacidade dos eleitores de avaliar adequadamente os políticos e suas políticas. Segundo o autor, é mais provável que os políticos direcionem os eleitores para suas linhas de pensamento do que o contrário. Isso acontece pois, em muitas ocasiões, os eleitores parecem escolher o seu candidato ou partido preferido no início do processo eleitoral e só depois ajustam suas próprias preferências de políticas com base no posicionamento adotado pelo seu partido ou candidato político.

Em um artigo publicado na *Annual Review of Political Science de 2018*, chamado *"The Origins and Consequences of Affective Polarization in the United States"*, foram apresentadas pelos pesquisadores três técnicas principais para medir a polarização afetiva: autorrelatos de afeto partidário em pesquisas de opinião, testes implícitos ou subconscientes de viés partidário e medidas comportamentais de confiança interpessoal e favoritismo/discriminação de grupo com base em indicadores partidários. Entretanto, os autorrelatos de partidarismo em pesquisas são a técnica mais básica e amplamente utilizada para medir a polarização afetiva, eles são úteis por serem fáceis de administrar e interpretar, além de serem um bom indicativo da força do sentimento partidário nos respondentes.

2.2 Polarização americana: conhecendo melhor e elaborando breves análises e comparações com o caso brasileiro

Os Estados Unidos se tornaram independentes da Inglaterra em 1776, tornando-se a primeira República Federal Presidencialista do mundo. Sua constituição tinha como inspiração as ideias presentes no *"Bill of Rights"*, que valorizavam as liberdades individuais, o livre comércio, o direito à propriedade. Além disso, para evitar movimentos autoritários, implementou o modelo de divisão entre três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário)



defendido por Montesquieu. E atribuiu ao cargo de Presidente dos Estados Unidos o mais alto cargo político do país, exercendo tanto as funções de chefe de Estado quanto de chefe de governo.

Pela relevância política e econômica global, a democracia americana é, muitas vezes, considerada uma das mais importantes do planeta. Seu sistema eleitoral é majoritário e não representativo como no Brasil, ou seja, quem possui a maioria dos votos em determinado Estado, fica com todos os votos desse estado, mesmo que seja uma diferença mínima entre os candidatos.

De acordo com o estudo “*L’Influence des systèmes électoraux sur la vie politique*” (1950), do sociólogo francês Maurice Duverger, esse tipo de sistema favorece a divisão do espectro político em um sistema bipartidário. Todavia, é tido como consenso que o sistema majoritário retarda a aparição de novas forças políticas e acelera o desaparecimento de partidos em declínio. Uma vez que partidos menores não são competitivos para vencer a eleição, a população prefere realizar um voto útil em algum partido com chances reais, mesmo que não se identifique tanto com o candidato. Dessa forma, é possível afirmar que esse modelo favorece a polarização política entre duas forças principais. No Brasil, por sua vez, os partidos são diversos na quantidade e no seu tamanho e significância política.

Nos Estados Unidos, a força política está dividida entre Democratas e Republicanos e, ao longo dos últimos anos, a rivalidade entre esses dois partidos vem se tornando cada vez mais agressiva. Especificamente nos EUA, o partidarismo é um identificador muito poderoso. De acordo com uma pesquisa de Sears (1975), os americanos raramente vão transitar entre partidos ao longo da vida, mesmo passando por diversas mudanças pessoais.

Dentro desse contexto, a partir do momento em que uma pessoa define seu partido político, seu mundo passa a ser dividido entre dentro do grupo (seu próprio partido) e fora do grupo (partido oposto). Uma vasta literatura em psicologia social demonstra que qualquer distinção entre grupo interno/externo, mesmo aquela baseada nas características compartilhadas mais triviais, desencadeia tanto sentimentos positivos para o grupo interno quanto avaliações negativas do grupo externo (Billing & Tajfel, 1973). Sendo assim, quanto mais saliente for o



grupo para o sentido de identidade pessoal, mais fortes serão essas divisões intergrupais (Gaertner *et al.*, 1993).

Ao longo de muitos anos, a ciência política estudou a polarização americana como sendo a diferença entre as posições políticas dos Republicanos e dos Democratas (Fiorina *et al.*, 2005). Abramowitz & Saunders (2008) realizaram um estudo apontando que a população média se tornou mais ideologicamente polarizada nos últimos anos. Segundo os pesquisadores, entre 1972 e 2004 a distância entre a autopercepção ideológica de Democratas e Republicanos não-ativistas praticamente duplicou.

Em vez de tomar partido nesse debate, o artigo se concentrará na análise e distinção entre a polarização afetiva e a ideológica. A polarização ideológica possui um caráter racional, ou seja, existe um embate entre dois grupos com convicções e ideais distintos a respeito de determinado tema. Já a polarização afetiva está ligada a um componente emocional e acontece quando grupos opostos se formam contagiados por sentimentos e emoções. De acordo com Iyengar *et al.* (2012) e Mason (2015), a polarização afetiva não necessariamente requer o extremismo nas opiniões temáticas. De fato, em alguns casos, pode ocorrer o oposto, em que a polarização afetiva aumenta enquanto as divisões ideológicas diminuem (Lvendusky & Malhota, 2016). Embora haja conexões importantes entre polarização afetiva e ideológica (Abramowitz & Webster, 2016), são conceitos que apresentam diferenças teóricas e empíricas.

Nos últimos anos, a polarização entre partidos tem sido intensificada e isso tem levado a animosidade entre os membros dos partidos políticos. Isso se deve a várias características do ambiente contemporâneo, que exacerbam a propensão dos partidários para dividir o mundo em um grupo apreciado (o próprio partido) e um grupo externo não apreciado (o partido adversário).

À medida que as identidades partidárias e ideológicas se tornam cada vez mais presentes, outras identidades sociais, como raça e religião, também convergem com o partidarismo. Isso contribui para a polarização afetiva, que leva aqueles com identidades partidárias e ideológicas consistentes a se tornarem mais hostis em relação ao partido externo sem necessariamente mudarem suas posições ideológicas. Além disso, aqueles que alinham



identidades religiosas, raciais e partidárias reagem mais emocionalmente a informações que ameaçam suas identidades partidárias ou posturas. Em essência, a classificação tornou mais fácil para os partidários fazerem inferências generalizadas sobre o lado oposto, mesmo que essas inferências sejam imprecisas. Alguns estudos concluíram que a polarização ideológica também afeta a polarização afetiva. O aumento da extremidade ideológica e da restrição ideológica são ambos associados a um afeto partidário mais forte. Pudemos assistir o avanço da polarização afetiva com a ascensão de Trump, nos Estados Unidos, e de Bolsonaro no Brasil.

Por fim, segundo o livro, “Como as democracias morrem” (Levitsky; Ziblatt, 2018), a polarização e a radicalização ideológica crescente nos últimos anos também estão afetando a “tolerância mútua”. A tolerância mútua representa a ideia de que, mesmo os partidos políticos tendo planos de governo e propostas diferentes, todos têm o mesmo direito de competir pelo poder se respeitarem as regras institucionais. Entretanto, com a perda de força dos setores moderados da política, ocorre um confronto entre adversários de posicionamentos radicais, que não se enxergam como adversários legítimos, mas sim como “inimigos mortais”. Essa dinâmica abre espaço para que os atores políticos se sintam no direito de tomar decisões que priorizem eliminar o seu adversário a qualquer custo, inclusive colocando todo o sistema democrático em jogo, como aconteceu nos episódios de 6 de janeiro americano em 2021 e no 8 de janeiro brasileiro em 2023.

2.3 Impactos da polarização na economia

A polarização política dificulta o processo de tomada de decisão, levando a impasses políticos e instabilidade. Quando partidos políticos e líderes estão profundamente divididos, torna-se difícil chegar a um consenso sobre várias questões econômicas, como tributação, regulação e política fiscal. Essa paralisia atrapalha o crescimento econômico e impede a implementação de medidas eficazes para enfrentar desafios econômicos. Investidores e empresas podem hesitar em tomar decisões de investimento de longo prazo, preferindo aguardar por estabilidade e clareza no cenário político. Como resultado, o crescimento econômico é prejudicado e as oportunidades de criação de empregos e prosperidade diminuem.



A polarização política reforça a imprevisibilidade e incerteza das políticas. Em um ambiente caracterizado por um partidarismo extremo, as políticas tendem a oscilar de um extremo a outro, dependendo de qual partido está no poder. Essa inconsistência dificulta a tomada de decisões e o planejamento para o futuro. A imprevisibilidade das políticas econômicas, incluindo políticas comerciais, regulação e estruturas fiscais, pode perturbar modelos de negócios estabelecidos e desestimular investimentos internos e externos. Quando a incerteza aumenta, as empresas tendem a adotar estratégias cautelosas, levando a redução de investimentos, congelamento de contratações e, por consequência, desaceleração do crescimento econômico.

Além disso, a polarização política também pode contribuir para a desigualdade de renda. Profundas divisões entre cidadãos e formuladores de políticas muitas vezes resultam em políticas distorcidas que beneficiam grupos de interesse específicos ou segmentos abastados da sociedade, muitas vezes às custas da maioria. O foco na ideologia e posições polarizadas pode negligenciar a necessidade de políticas econômicas equitativas que promovam o crescimento inclusivo e reduzam as disparidades de renda. Tal desigualdade pode criar instabilidade social, minar a coesão social e impactar negativamente a estabilidade econômica e a confiança no mercado.

Adicionalmente, a polarização política pode prejudicar a capacidade dos governos de enfrentar desafios de longo prazo. Questões como mudanças climáticas, saúde, educação e infraestrutura exigem planejamento sustentado e esforços cooperativos. No entanto, quando os políticos estão focados principalmente em avançar sua agenda partidária e marcar pontos políticos, os recursos e a atenção necessários para abordar esses desafios podem ser insuficientes. Essa falha em enfrentar questões críticas de maneira abrangente pode ter consequências econômicas duradouras.

Para mitigar esses efeitos, é crucial que as sociedades promovam um espírito de colaboração e compromisso entre líderes políticos, incentivem a comunicação eficaz e enfatizem a importância da formulação de políticas com base em evidências. Somente por meio de um esforço conjunto para superar as divisões ideológicas é que as economias podem criar um futuro mais próspero para todos.



3. Polarização brasileira

Polarização política e crescimento econômico são variáveis complexas e ainda não existe uma literatura consensual que consiga demonstrar, de forma clara, um padrão entre suas interações numa escala mundial. Sendo assim, para compreender melhor a polarização política brasileira, é fundamental a realização de análises mais específicas em relação ao contexto brasileiro, as quais levem em consideração as particularidades do nosso país.

A América Latina é a região de maior desigualdade social do mundo, e o Brasil é um dos líderes nesse aspecto (Sposati, 2011; Netto, 2007). Ao mesmo tempo que nossa economia ganhou papel de destaque nas últimas décadas, a pobreza e a desigualdade mantiveram-se em patamares elevados relativamente a outros países desenvolvidos e, também, alguns emergentes. Segundo o estudo de Marcio Pochmann, "Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula", publicado na revista SER Social em 2011, a busca pelo crescimento econômico, que marca a nossa trajetória democrática, é uma forma de fugir dos problemas estruturais básicos do nosso país. Esses problemas só seriam resolvidos por reformas complexas (agrária, tributária e social) e que gerariam um grande embate entre os grupos sociais.

Ao longo dos governos do PT, foram feitos alguns avanços para diminuir a pobreza e a desigualdade que, de fato, trouxeram um maior poder aquisitivo para as classes menos favorecidas e abriram algumas portas para a mobilidade social. Entretanto, não foram suficientes para mudar a dinâmica desigual que se estabelece como base da sociedade brasileira (Elisa, 2019). Independente dos avanços, em momentos e circunstâncias específicas, o padrão de desigualdade brasileiro continua extremamente marcado por questões de raça e gênero.

Esse contexto serve como base para compreender parte do embate atual entre as visões de direita e esquerda sobre o papel do Estado. De um lado a defesa de um Estado forte, que seja o principal responsável por trazer melhores condições de vida para a população, principalmente via redistribuição de renda. Do outro lado a defesa de um Estado menos atuante, que abra espaço para que o setor privado e o livre mercado prosperem e gerem crescimento econômico. Esse conflito de opiniões é semelhante ao que ocorre em diversos outros países,



principalmente nos EUA, e representa o centro da polarização dos projetos políticos brasileiros nos últimos anos.

Pela dimensão territorial brasileira e pela diversidade da população, as demandas sociais e econômicas de cada grupo e lugar são muito distintas, exigindo soluções complexas as quais acabam envolvendo diferentes vertentes de pensamento econômico em busca de um equilíbrio que agrade a todos. Por isso que, ao longo das últimas décadas, tivemos governos mais liberais e também governos mais à esquerda do espectro político, e essa alternância acabou por implementar um modelo desenvolvimentista em alguns momentos e liberal em outros.

O intervencionismo possui uma base forte nas ideias de Keynes (1936), em que é papel do Estado intervir na economia sempre que necessário para garantir maior proximidade com o pleno-emprego e renda da população. No caso brasileiro, essas ideias se juntaram ao ideal cepalino-estruturalista a partir do final dos anos 40 e assim avançou-se na ideia de desenvolvimentismo. Para isso, o desenvolvimentismo enxerga a produção industrial e o investimento público como medidas essenciais e coloca o Estado como principal responsável por executá-las. Já o liberalismo é fundamentado pelas ideias de Adam Smith, entre outros pensadores clássicos, e defende a intervenção mínima do Estado, as liberdades individuais e a autorregulação do mercado.

Mesmo que esses dois modelos, desenvolvimentista e liberal, pareçam ser opostos em suas ideias centrais, o Brasil vem tentando encontrar o equilíbrio entre eles nos últimos anos. Pelo lado do liberalismo, a economia brasileira passou por um processo de abertura comercial, estímulos ao mercado privado e a propriedade privada, redução de burocracias e de participação do Estado em alguns setores. Todavia, o viés desenvolvimentista também se fez presente nas políticas de inclusão social e combate à pobreza e desigualdade.

A vertente de pensamento neoliberal explica que a desregulamentação da economia e a liberdade econômica com menor participação do Estado são positivos para o crescimento econômico, ainda mais em um país emergente como o Brasil, o qual tem grande potencial de atrair investimentos externos (Castro e Martins, 2021). Entretanto, outros autores argumentam que países com movimentos trabalhistas fortes, como o Brasil, têm um maior potencial de



buscar estabilidade e crescimento econômico por meio da atuação do Estado (Alvarez; Garret; Lange, 1991).

3.1 Interação entre o desempenho econômico e a polarização brasileira

Com o *boom das commodities* sinalizando o seu fim, o Brasil passou a apresentar sinais de enfraquecimento econômico a partir do início da segunda década do século XXI. O cenário internacional também não era muito favorável, visto que muitos países ainda estavam lidando com os problemas econômicos causados pela crise financeira mundial originada no setor imobiliário americano. De acordo com o IBGE, o crescimento do PIB brasileiro veio caindo de 7,5% em 2010, para 4% em 2011 e 1,9% em 2012.

Em junho de 2013, após ser anunciado um aumento no preço das passagens de transportes públicos em todo o Brasil, a população se revoltou e saiu às ruas para protestar contra essa medida. Essa mobilização foi tomando proporções cada vez maiores e, à medida em que as manifestações aumentavam, mais pautas eram incluídas, como melhora nos serviços públicos de saúde, transporte e educação, exigência de transparência e combate à corrupção. Esse movimento ficou conhecido como Jornadas de Junho de 2013 e marcou um ponto de inflexão na trajetória política do país (Nobre, 2013; Domingues, 2013).

Foi comprovado que as Jornadas de Junho não foram arquitetadas por um determinado grupo visando a algum interesse específico, mas sim foi um movimento popular amplo com participação de apoiadores de esquerda e de (Silveira, 2016). Porém, esses protestos impulsionaram alguns movimentos conservadores de direita, como o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua, os quais tiveram grande participação no processo de polarização política vivido posteriormente (Miranda, 2017).

Esse período também foi marcado pela utilização da internet e de redes sociais como canal principal de mobilização social e disseminação de informações. A partir desses protestos, a tecnologia passou a exercer cada vez mais influência na política brasileira, promovendo



manifestações maiores e mais intensas. O próprio funcionamento dos algoritmos das redes sociais foi responsável por intensificar a polarização política, não só no Brasil, mas no mundo todo. A disseminação de *fake news* e o surgimento de “bolhas virtuais”, que consomem apenas conteúdos ideologicamente direcionados, minaram a tolerância social e transformaram discussões políticas em guerras movidas por afeto (Jorge Machado, Richard Miskolci, 2019).

Outro evento importante para o entendimento do cenário político e econômico atual foi o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. O segundo governo Dilma foi marcado pelo desempenho econômico ruim, com inflação de mais de dois dígitos e crescimento do PIB negativo nos anos de 2015 e 2016. Dilma também perdeu muito apoio devido ao seu suposto estelionato eleitoral, divulgando informações e tomando atitudes não condizentes com seus discursos da campanha eleitoral. Além de tudo, a Operação Lava-Jato avançava cada vez mais, expondo escândalos de corrupção durante os governos petistas (Miranda, 2017).

Segundo o livro *Como as democracias morrem* (Levitsky; Ziblatt, 2018), a saída de Dilma não pode ser considerada um golpe, uma vez que todos os procedimentos de *impeachment* seguiram conforme a lei. Todavia, pode ser considerado um “jogo duro constitucional” utilizado de forma indevida e que vai contra os princípios democráticos. O processo de *impeachment* foi um dos grandes intensificadores da polarização política entre petistas e antipetistas. Muitos antipetistas posicionaram-se a favor do *impeachment* sem nem mesmo entender seu motivo, apenas por querer derrotar o seu inimigo político. Os petistas, por sua vez, enxergaram tudo como um grande golpe, o que despertou sentimentos muito fortes de indignação

3.2 Trajetória da polarização eleitoral brasileira

Por mais que estudos demonstrem que ainda não é possível afirmar categoricamente a existência de uma polarização ideológica no Brasil, as duas últimas eleições acenderam um alerta. Em 2018, o candidato construído como “*outsider*” Bolsonaro venceu as eleições com uma agenda mais conservadora e impulsionado pelo sentimento antipetista. Essa eleição foi o gatilho para que a extrema direita ganhasse espaço, enxergando na figura de Bolsonaro uma liderança até então inexistente no cenário brasileiro.



A princípio, em eleições passadas, os candidatos seguiam a estratégia de se posicionarem mais próximos do espectro central sobre temas morais mais delicados para evitarem altas rejeições de grupos específicos da população. O debate se concentrava majoritariamente na diferença de propostas moderadas de centro-esquerda e centro-direita no âmbito econômico. Contudo, diferentemente de todas as outras disputas eleitorais travadas entre candidatos do PT e do PSDB, a eleição de 2018 foi marcada por grandes choques de visões sobre esses temas morais polarizados, como a legalização do aborto, facilitação do porte de armas, descriminalização das drogas, casamento homossexual, entre outros.

Não há dúvidas de que a polarização afetiva negativa em relação ao petismo foi responsável pela ascensão do bolsonarismo (André Bello, 2023). Os estudos agora estão focados em entender se o bolsonarismo, de fato, está se consolidando como estrutural e ideológico. Caso esse seja o caso, o Brasil estaria só no começo de um ciclo de muito desgaste para o seu cenário político, suas instituições e sua democracia como um todo. O alinhamento político ao redor dessa polarização ideológica promoveria cada vez mais conflito em relação a questões de gênero, raça, renda e religião, dividindo completamente a população.

Estudos recentes apontam que o Brasil possui uma polarização justamente baseada em um ressentimento social em relação às minorias. Com o avanço de movimentos sociais em uma velocidade maior nos últimos anos, parte da população passou a se sentir ameaçada, julgando que seus costumes e tradições estão sendo colocados em risco (Fuks; Marques, 2022).

Esse ressentimento levanta a hipótese da possível existência de uma guerra cultural no Brasil. Ou seja, a população estaria dividida em relação aos valores e crenças. Segundo Clausewitz, Sobre a Guerra (1832) afirma que: “A guerra é um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer nossa vontade”. Sendo assim, uma guerra cultural seria uma guerra sobre a própria base da sociedade, em que os dois lados tentam impor sua visão de mundo aos seus inimigos. Essa guerra pode ser muito mais profunda e perigosa que uma guerra tradicional. Ela pode ser mais lenta e silenciosa, mas também tem potencial para levar democracias ao seu fim e culminar em atos de extrema violência (Hunter, 1991).



No Brasil, de acordo com uma pesquisa da Datafolha de 2020, cerca de 81% da população é cristã, sendo 50% católicos e 31% evangélicos. Isso demonstra que a população brasileira não é tão heterogênea nesse aspecto, o que corrobora com a ideia de que não existiria polarização ideológica. Assuntos como aborto, prostituição e liberação de drogas ainda não são tidos como polarizados, já que uma maioria esmagadora do povo brasileiro é totalmente contra. Entretanto, os indicadores mostram que existe um movimento progressista ao redor desses tópicos e, ao longo dos próximos anos, as coisas devem ser diferentes (Ortellado, Ribeiro, Zeine, 2022).

Temas políticos e econômicos, como a privatização de empresas, redistribuição de renda e tributação de riquezas são exemplos de assuntos mais polarizados no Brasil (Pablo Ortellado, Marcio Moretto Ribeiro, Leonardo Zeine, 2022). Esses tópicos foram o foco da discussão política desde a redemocratização, mas perderam força a partir da eleição de 2018. Os escândalos de corrupção ao longo do governo do PT e a agenda moral advinda da campanha de Jair Bolsonaro foram os responsáveis por levantar essa hipótese de uma guerra cultural.

Como o Brasil é um país marcado por desigualdades sociais e uma pequena parcela da população concentra a maior parte das riquezas, a adoção de políticas pró-mercado durante os primeiros governos gerou grande rejeição da população. E, assim como na maioria dos outros países da América Latina, que também sofrem com pobreza e desigualdade, partidos e candidatos de esquerda ganharam força (Baker; Greene, 2011). Foram principalmente os posicionamentos do PT acerca do tamanho e papel do Estado, Bolsa Família, previdência e privatizações que contribuíram para a sua eleição e manutenção no poder por tanto tempo (Baker; Greene, 2015).

A eleição de 2002 foi marcada pelo confronto de José Serra do PSDB e Lula do PT. Enquanto Lula era a favor da reforma agrária e da não privatização de empresas estatais, Serra adotava o posicionamento contrário em relação a esses temas. Em 2006, Lula foi reeleito em um segundo turno contra o candidato Geraldo Alckmin do PSDB. Nessa eleição, o candidato do PT teve o seu discurso focado em exaltar seus projetos de assistência social, principalmente o Bolsa Família. Dessa forma, a parcela mais pobre da população alinou-se em sua maioria com o candidato petista e assim nasceu a divisão demográfica que se manteve em todas as



eleições posteriores, em que os eleitores do Nordeste invariavelmente direcionam a maioria de seus votos em candidatos do PT (Singer, 2012; Zucco, Power, 2013). Foi a partir da eleição de 2010, entre os principais candidatos José Serra e Dilma Rousseff, que as pautas morais começaram a surgir nos debates com mais intensidade. Nesse ano, a discussão sobre legalização do aborto foi o principal tema não relacionado à economia e gerou grande mobilização das igrejas, as quais direcionaram seus votos para o candidato do PSDB.

Existiram outros acontecimentos fora do período eleitoral que também contribuíram com a migração da agenda política para temas morais. Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou uma mudança no código civil, reconhecendo a união de pessoas do mesmo sexo. Essa alteração provocou uma reação negativa das igrejas católicas e evangélicas, e gerou movimentações internas significativas na política. Deputados mais conservadores passaram a buscar espaço dentro de comissões ligadas a pautas progressistas, como a Comissão de Direitos Humanos, com o único propósito de obstruir as propostas que não estavam de acordo com seus valores morais.

Outra passagem importante para compreender a ascensão dos conflitos morais e o possível surgimento de uma guerra cultural no Brasil, foi a Lei de Cotas, aprovada pelo Congresso Nacional em 2012. Essa lei determina que as instituições públicas federais de ensino devem garantir uma parte de suas vagas para candidatos negros, indígenas, estudantes de escola pública, pessoas com deficiência e de baixa renda. Em 2018, pela primeira vez na história, o IBGE constatou que existem mais estudantes pretos e pardos matriculados em faculdades públicas do que estudantes brancos. Essa estatística comprova que a política de cotas vem tendo bons resultados e cumprindo o seu propósito, mesmo assim, ainda causa muita polêmica e é vista como ruim por uma parcela significativa da população brasileira.

A eleição de 2018 foi, até então, a mais polarizada da história democrática brasileira. Seus protagonistas foram Haddad do PT e Bolsonaro do PSL, enquanto os outros candidatos não tiveram chances de figurar no segundo turno. O PT planejava que Lula fosse novamente seu candidato à presidência, entretanto ele foi preso alguns meses antes da eleição e deixou de ser uma alternativa do partido. Esse foi um baque grande para o Partido dos Trabalhadores, que, por mais que possuísse uma base forte de eleitores, perdeu bastante apoio



devido à ausência de sua figura principal. Nessa eleição, a agenda moral foi tópico central e deixou questões econômicas e políticas relativamente de lado. Além da legalização do aborto, já mencionada em eleições anteriores, temas como casamento homossexual, cotas raciais, porte de armas e descriminalização de drogas estiveram presente em diversos debates e foram decisivos para definir o voto dos eleitores. As acusações de corrupção também fizeram parte da estratégia da maioria dos partidos, mas teve maior impacto contra o candidato do PT, visto que durante seus últimos governos, a presidenta Dilma havia sofrido um *impeachment* e, também, foram expostos vários escândalos de corrupção pela Operação Lava Jato.

Em 2022, o foco na agenda moral se repetiu. Dessa vez Lula e Bolsonaro, talvez os dois políticos mais importantes e influentes até hoje na nossa recente democracia, travaram uma disputa acirrada que resultou na vitória do candidato petista. Foi uma eleição marcada pelo embate das duas principais forças do cenário político atual, o bolsonarismo e o petismo. O bolsonarismo sendo formado principalmente pela parcela mais conservadora e religiosa da população e o petismo representando grande parte dos progressistas e das minorias sociais.

No artigo de André Bello (2023), foi realizada uma análise aprofundada sobre a possível existência de polarização política e de guerras afetivas no Brasil. Os resultados encontrados constata um alinhamento de alguns grupos sociais a certos posicionamentos relacionados a valores morais e econômicos. Pessoas de idades diferentes apresentaram visões distintas em relação a temas morais e, em regiões diferentes do país, a população apresentou posicionamentos heterogêneos sobre pautas econômicas. Além disso, as análises descobriram que a renda do indivíduo é o fator que mais afeta o posicionamento político dos brasileiros, exercendo grande influência tanto em temas morais quanto econômicos.

Também foi possível constatar que os votos relacionados ao PT estão mais ligados a questões políticas e econômicas, enquanto os votos em Bolsonaro são em sua maior parte oriundos de um alinhamento moral. Em eleições anteriores, os políticos evitavam adentrar assuntos morais polêmicos, pois eram assuntos delicados com potencial de gerar alta rejeição da população brasileira. Dessa forma, os eleitores também não tinham necessidade de adotar um posicionamento convicto sobre temas morais, evitando qualquer polarização política na sociedade. Por isso que, mesmo não sendo comprovada a existência de polarização política



relevante, a inclusão de temas delicados no debate político e o alinhamento moral abre portas para o possível surgimento de uma guerra cultural no Brasil e serve de alerta (Fuks; Marques, 2020).

3.3 Perfil da polarização brasileira

A maior parte da literatura sobre polarização está concentrada na análise do cenário dos Estados Unidos. Todavia, diferentemente dos EUA, o sistema eleitoral brasileiro é proporcional e com amplas coalizões partidárias. Esse modelo permite a existência de um ambiente político mais plural e consensual (Lijphart, 2008) e por isso as análises empregadas a outros modelos não devem ser aplicadas de forma descuidada ao contexto brasileiro. Dessa forma, a produção de conteúdo específico sobre o modelo brasileiro é de extrema importância para entender as suas particularidades e para a compreensão da polarização em si, e como ela se comporta em diferentes sociedades.

Ainda existem dúvidas se o alinhamento político de fato é responsável por polarização política. Para alguns pesquisadores, o alinhamento partidário ocorre por identificação ideológica, mas não necessariamente causa polarização (Fiorina; Abrams, 2008). Já para outros, o alinhamento partidário é a base para a polarização, separando cada vez mais a sociedade em grupos mais extremos e de opiniões distintas (Abramowitz; Jacobson, 2006).

Durante algum tempo, alguns estudiosos acreditavam que a disputa entre PT e PSDB se transformaria em algo parecido com o que acontece entre Republicanos e Democratas nos Estados Unidos (Limongi; Cortez, 2010). Todos os segundos turnos das eleições posteriores ao governo Collor tiveram na disputa presidencial um representante do PT e outro do PSDB, isso favorece muito essa visão de que existia polarização e esta era baseada na identificação ideológica da população entre esses dois partidos.

Apesar disso, pesquisas seguintes puderam demonstrar que não existia identificação partidária forte entre a maioria dos eleitores do partido do PSDB. Na verdade, os votos recebidos pelo partido eram, em grande parte, advindos da parcela da população que se identificava como antipetista (Samuels ; Zucco, 2018). Em 2002, cerca de 66% das pessoas antipetistas



direcionaram seus votos para o PSDB e, em 2010, essa quantidade já representava 82% (Carreirão, 2007; Carreirão; Ribeiro; Borba, 2011). Esses estudos foram comprovados na prática durante a eleição de 2018, em que os eleitores antipetistas migraram seu voto para Bolsonaro e o candidato do PSDB totalizou apenas 4,76% dos votos válidos, ficando fora da disputa do segundo turno (Rennó, 2020).

Ao longo do período de governo petista, alguns estudiosos foram capazes de demonstrar que, apesar da divisão de votos entre PT e PSDB, os eleitores de ambos os partidos possuíam visões políticas e econômicas parecidas, sinalizando não haver polarização ideológica (Borges, Vigdial, 2018). Após realizar diversos programas sociais para trazer maior qualidade para as pessoas necessitadas, o PT se alinhou com a parcela da população mais pobre, principalmente do Nordeste do país. Enquanto isso, crises econômicas e escândalos de corrupção como o da Lava Jato foram responsáveis por criar a parcela antipetista da população ao longo dos 4 mandatos do PT.

Tendo em vista a realidade da educação brasileira, a maioria dos brasileiros ainda não possui conhecimento suficiente para diferenciar de forma concreta posições de direita ou de esquerda no espectro político e econômico (Ames; Smith, 2010). E, por mais que avanços no acesso à informação estejam acontecendo, segundo pesquisa do PoderData em 2023, cerca de 33% da população ainda não sabe definir seu posicionamento ideológico. Dessa forma, não se pode afirmar com certeza sobre a existência de polarização política ideológica entre dois partidos principais no Brasil, existiria apenas uma polarização afetiva ao redor dos eleitores petistas e antipetistas. Esse modelo de polarização ao redor de um único partido não é único da sociedade brasileira, também está presente em outros países latinos como Argentina, com o Peronismo, e no México com o Partido Institucional Revolucionário (PRI) (Greene, 2007; Levitsky, Murillo, 2008).

Sendo assim, o processo de construção ideológica faz o caminho reverso. Ao invés dos eleitores se posicionarem politicamente de acordo com suas próprias visões de mundo, eles primeiro se posicionam contra ou a favor do partido petista para depois moldarem suas opiniões sobre pautas políticas, econômicas e às vezes até morais. Os indivíduos, então, buscam um



alinhamento ideológico cada vez maior com o seu grupo, e entendem o grupo rival e seus apoiadores como inimigos, rejeitando e afrontando tudo que é apoiado por eles.

Segundo o artigo de André Bello (2023), o sentimento de antipetismo cresceu muito desde a eleição de 2014. Segundo ele, a polarização no cenário brasileiro é dinâmica e assimétrica com viés para o antipetismo. Ou seja, a polarização ser dinâmica significa que ela muda bastante a cada ciclo temporal, adquirindo intensidades diferentes a depender do contexto político e econômico, principalmente. Por exemplo, as taxas de juros internacionais e a cotação das *commodities* são algumas das variáveis econômicas globais que parecem distantes da realidade dos eleitores, mas influenciam muito nos ciclos de polarização dinâmica (Campello, Zucco, 2015).

A análise do cenário político e econômico brasileiro presente nessa seção revela como a polarização política vem se desenvolvendo ao longo do tempo e, ainda, como tem moldado os desenvolvimentos sociais e econômicos mais recentes do país. Discutimos as implicações de uma sociedade dividida, em que as flutuações políticas afetam diretamente a estabilidade econômica e social.

A conclusão de André Bello ("Polarização política dinâmica: evidências do Brasil", 2023) sobre o caráter dinâmico e assimétrico da polarização política no Brasil destaca que este fenômeno não segue uma linha ideológica clara entre partidos, mas sim manifesta-se de forma volátil e predominantemente em torno de sentimentos antipetistas. A polarização é influenciada por variáveis econômicas globais e contextos políticos que mudam ao longo do tempo, mostrando uma fluidez que se adapta e se intensifica conforme as circunstâncias exigem. Este padrão dinâmico evidencia que as convicções políticas dos brasileiros podem ser mais maleáveis e orientadas por conjunturas específicas do que por ideologias profundamente enraizadas. A assimetria, com uma inclinação para sentimentos antipetistas, sugere que a polarização é menos sobre divisão equitativa de opiniões e mais sobre reações fortes contra o PT, moldando a política nacional de maneira desproporcional e favorecendo o surgimento de "*outsiders*" como Bolsonaro.

4. Análise de dados sobre a polarização brasileira

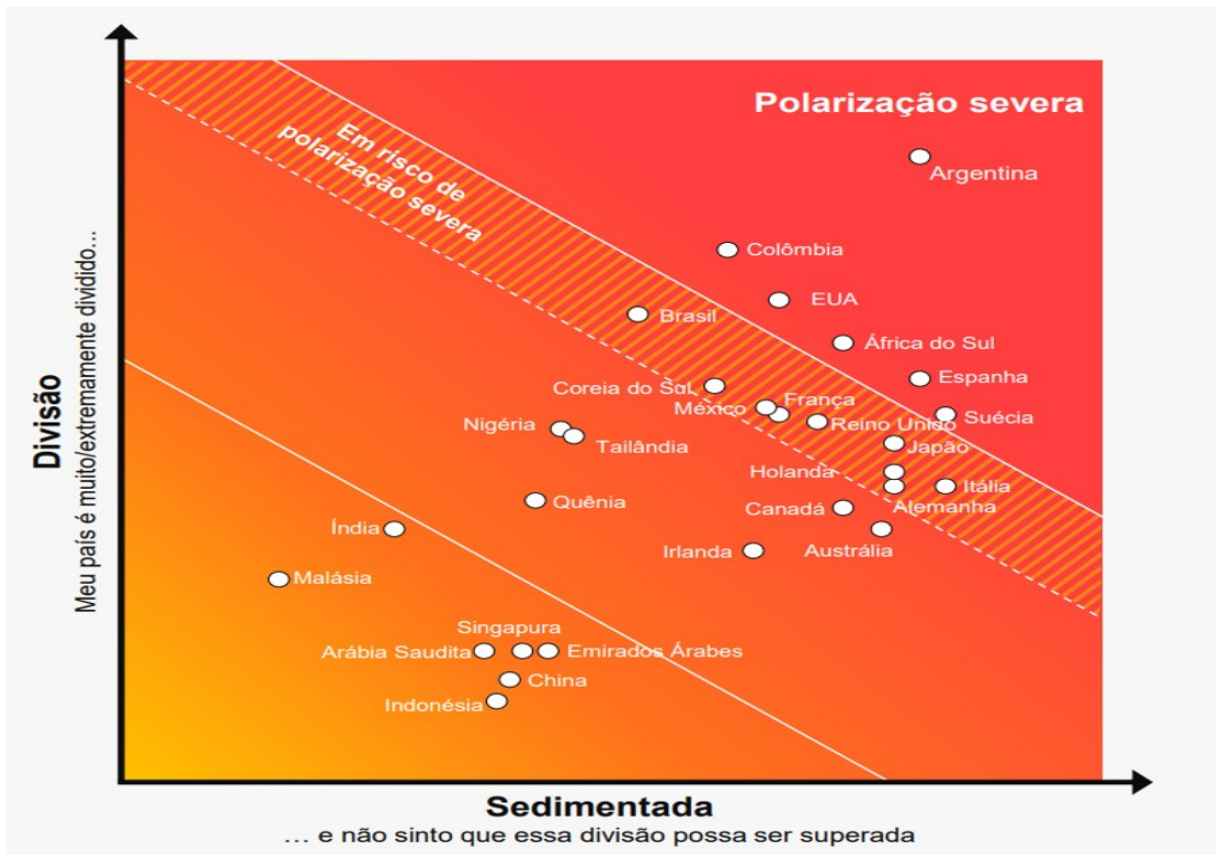


Nesta seção serão analisados dados acerca da polarização e de outras variáveis conectadas a esse tema. Foram utilizados dados das seguintes fontes: *Eldeman Trust Barometer*, *The World Bank*, *Latin American Public Opinion Project (LAPOP Data)*, *V-Dem Institute*, *World Value Survey*, Quaest e Datafolha. Para a elaboração dos gráficos, foram utilizados períodos de tempos distintos, de acordo com a disponibilidade dos dados em cada pesquisa na data de realização deste trabalho. A ideia é entender um pouco melhor o perfil da polarização brasileira, seu comportamento ao longo dos últimos anos e quais são os fatores de influência nessa variável tão complexa.

Inicialmente, é interessante entendermos qual o cenário de polarização atual do Brasil. De acordo com o *Eldeman Trust Barometer* de 2023, o Brasil está localizado em uma região de polarização moderada, porém está entre os países em risco de migrar para uma polarização severa. Segundo a pesquisa, que envolveu mais de 32 mil pessoas de 28 países, o Brasil é o quarto país com maior divisão entre a população, apenas atrás de Argentina, Colômbia e Estados Unidos. Entretanto, está localizado apenas em décimo oitavo lugar em relação à sedimentação do cenário polarizado. Ou seja, a população brasileira enxerga uma grande divisão na sociedade atual, mas ainda acredita que as coisas podem melhorar e essa divisão possa ser superada. Vejam as informações no Gráfico 1:

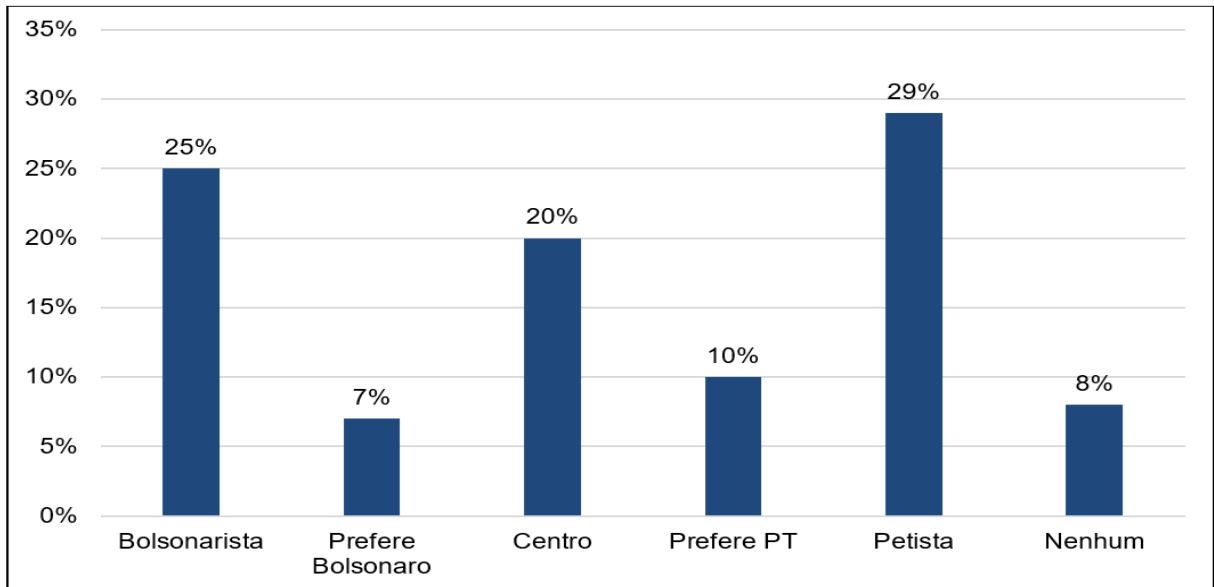


Gráfico 1 - Nível de Polarização Política ao redor do mundo



Fonte: Elaboração e dados retirados do *Eldeman Trust Barometer 2023*.

Segundo pesquisa do Datafolha de setembro de 2023, a população brasileira está dividida ao redor de dois pontos principais: PT (Lula) e Bolsonaro. De acordo com o levantamento que envolveu mais de 2 mil pessoas, 29% dos eleitores se consideram petistas e 25% se consideram bolsonaristas. O restante da população está distribuído entre esses 2 polos, como pode ser visto no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Preferência Política no Brasil**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Datafolha (2023).

Essa divisão da sociedade brasileira passou a influenciar no comportamento das pessoas. Ainda segundo levantamento da *Eldeman Trust Barometer* de 2023 em conjunto com uma pesquisa da Quaest do mesmo período, esses foram os comportamentos que mais chamaram atenção em relação à influência da polarização na vida dos brasileiros (veja Tabela 1):



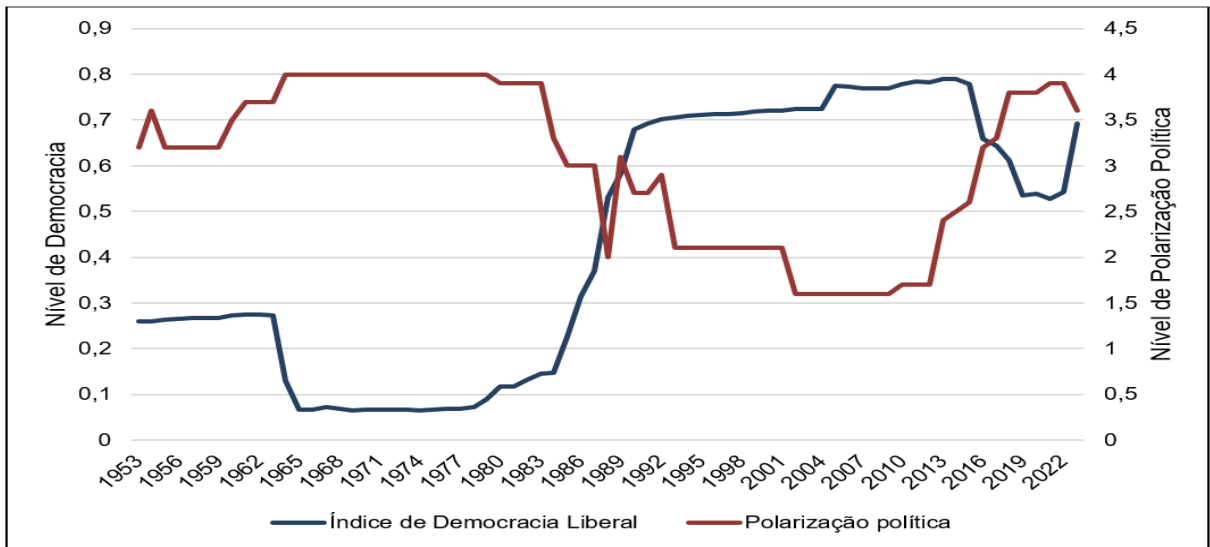
Tabela 1 - Dados estatísticos sobre a polarização política brasileira

Conhecem alguém que rompeu relações por causa de política	54%
Sairiam do país se tivessem condições	41%
Preferem assistir um canal de TV que concorda com o seu ponto de vista	35%
Reprovariam o casamento do filho com alguém que votou em outro candidato	29%
Ajudariam alguém que pensa muito diferente se ela precisasse	29%
Morariam na mesma vizinhança de alguém que pensa muito diferente	21%
Trabalhariam com alguém que pensa muito diferente	22%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *Eldeman Trust Barometer* (2023) e Quaest (2023).

O Gráfico 3 a seguir leva em consideração duas variáveis medidas pelo instituto V-Dem: o Índice de Polarização Política e o Índice de Democracia Liberal. Foi selecionado um período de análise longo para poder observar como esses indicadores se relacionaram ao longo das transições democráticas no Brasil nas últimas décadas.

Gráfico 3 - Polarização Política x Democracia no Brasil





Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-Dem.

O Índice de Polarização Política varia de 0 (nenhuma percepção de polarização por parte da população) a 4 (percepção de alta polarização por parte da população) e leva em consideração a forma como as discordâncias políticas podem influenciar as relações pessoais, não apenas em debates sobre política, mas no dia a dia. Uma sociedade é muito polarizada quando pessoas de grupos políticos diferentes evitam conviver harmoniosamente, seja em eventos familiares, organizações comunitárias, momentos de lazer ou no trabalho.

O índice de democracia liberal leva em consideração a proteção dos direitos de indivíduos e minorias contra abusos do governo ou da maioria. Essa abordagem critica o excesso de poder político e defende restrições ao governo por meio de leis fortes, liberdades garantidas pela Constituição, um sistema judiciário autônomo e um equilíbrio entre os poderes que restrinja a ação do Executivo. Para avaliar democracias liberais, também se considera o quão democráticas são as eleições. Esse índice varia de 0 (ausência total de liberdade democrática) e 1 (democracia liberal perfeita). O índice de polarização política é calculado por meio de pesquisa de opinião, enquanto o índice de democracia é calculado por meio da análise de vários pontos considerados fundamentais para o funcionamento ideal de um sistema democrático.

Analisando o Gráfico 3, pode-se perceber que, no período que precede a transição para o regime militar, o indicador de polarização sobe de 3,2 para 4 (polarização máxima) e só volta a ter um valor abaixo de 3 após o final do período de ditadura. Durante o governo Lula a polarização estabilizou-se em seu menor patamar (1,6) e voltou a crescer no governo Dilma, atingindo valores muito próximos do máximo a partir de 2018. Todavia, em 2023 a polarização caiu pela primeira vez nos últimos 20 anos (3,9 para 3,6), o que representa um passo importante para o futuro da democracia brasileira.

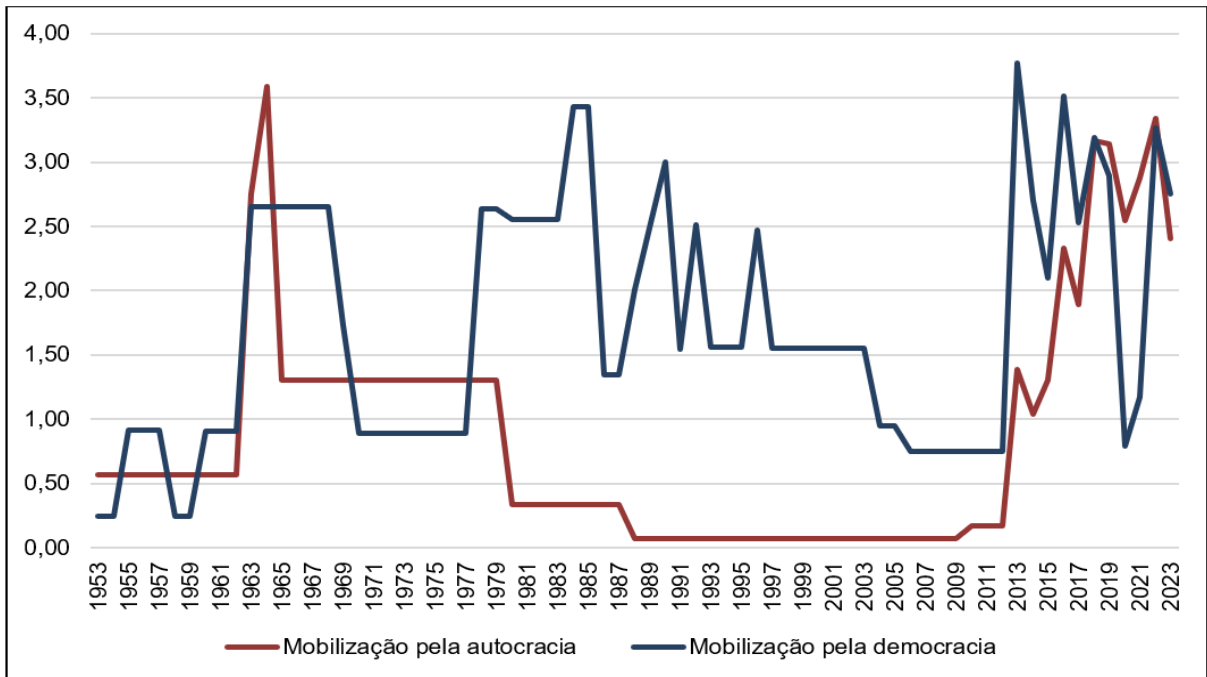
Também é possível perceber a correlação negativa entre Polarização Política e Democracia, sempre que a polarização se movimenta para uma direção, a democracia se movimenta para a direção contrária. Isso mostra que a inflexão de tendência do Índice de



Democracia a partir do período Dilma em 2015 levou o Brasil a uma situação de risco democrático durante o governo Bolsonaro, com polarização média de 3,85 durante seu governo.

Os dados do Gráfico 4 também corroboram com essa análise, demonstrando que, durante o governo Bolsonaro, os índices de mobilização em nome de uma ditadura se elevaram a patamares muito próximos aos de 1964, ano do golpe militar. Entretanto, a resposta em defesa à democracia atingiu patamares recordes e garantiu a proteção do sistema democrático. A combinação de níveis elevados de mobilizações democráticas e autocráticas também explica os altos índices de polarização observados no período. Esses índices foram calculados por meio de pesquisa de opinião, em que a resposta “0” significa que praticamente não existiram movimentos, e a resposta “4” significa que existiram muitos movimentos de pequena e larga escala.

Gráfico 4 - Movimentos democráticos x Movimentos autocráticos no Brasil

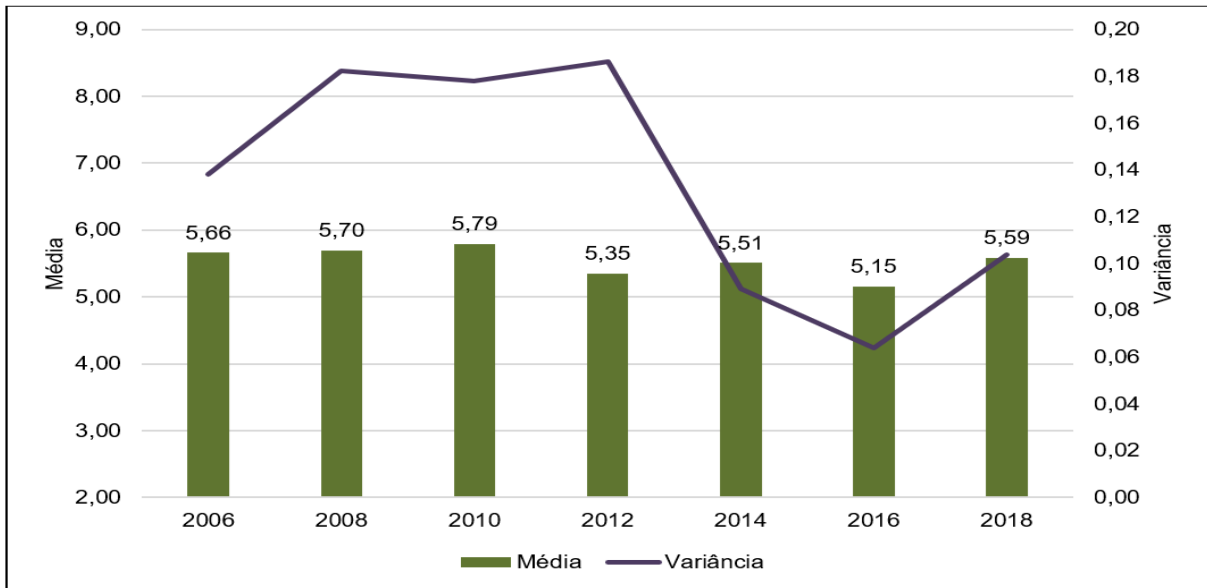


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-Dem.



Para entendermos um pouco melhor sobre as características da polarização dos últimos anos, é preciso analisar algumas outras variáveis. Primeiramente, vamos analisar o posicionamento ideológico da população brasileira (vejam Gráfico 5):

Gráfico 5 - Evolução do posicionamento ideológico no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Latin American Public Opinion Project (LAPOP).

Esse gráfico representa o posicionamento da população brasileira no espectro ideológico econômico e político. As barras verdes representam a média do posicionamento ideológico anual da população, onde uma nota 10 indica um posicionamento totalmente de direita e uma nota 1 indica um posicionamento totalmente de esquerda. A linha azul representa a variância dessas médias ao longo dos anos, ou seja, é um indicador da polarização ideológica. Isso acontece pois, quanto maior a concentração do posicionamento ideológico nas extremidades, maior vai ser a variância registrada naquele ano.

Observa-se que a média do posicionamento ideológico se manteve relativamente estável ao longo dos anos, variando entre 5,15 e 5,79. Isso sugere um equilíbrio na distribuição das tendências ideológicas, com a média flutuando próximo ao centro do espectro político, equivalente a 5,5. A linha azul mostra uma tendência de diminuição da variância entre 2008 e



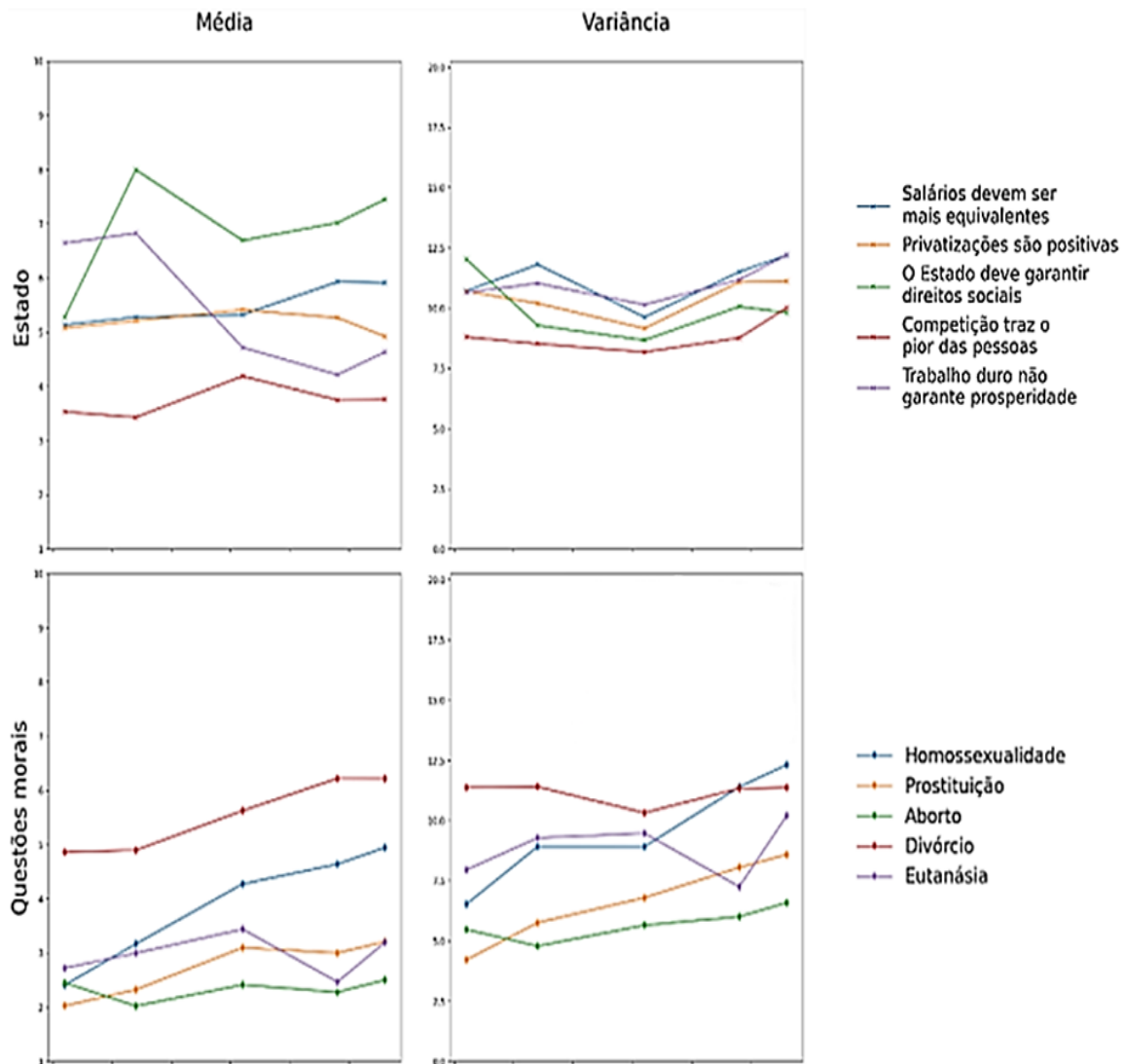
2014, indicando que as opiniões políticas estavam se tornando menos dispersas, ou seja, mais concentradas em torno da média. No entanto, a partir de 2016, a variância passa a aumentar.

Essa análise sugere que, embora os dados de 2018 revelem um leve aumento da variância e do posicionamento de direita, a polarização ideológica no Brasil esteve em linha com a média histórica observada. Sendo assim, podemos inferir que a polarização política crescente, registrada no Gráfico 1 a partir de 2012, não possuiria um caráter predominantemente ideológico, mas sim afetivo.

Por meio da análise de dados sobre temas ideológicos, morais e econômicos, é possível perceber que a sociedade brasileira ainda é, em média, mais conservadora, se posicionando contra a legalização do aborto, prostituição e eutanásia. A homossexualidade não era reconhecida como justificável pela maioria das pessoas na década de 1990, entretanto, hoje já possui apoio de uma parcela significativa da população e, por isso, tornou-se o tema mais polarizado entre os analisados. Vejam o Gráfico 6:



Gráfico 6 - Evolução da polarização brasileira em relação a temas ideológicos



Fonte: Elaboração do artigo: Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião (Pablo Ortellado, Marcio Moretto Ribeiro, Leonardo Zeine) com dados da *World Values Survey* (WVS), 1991, 1997, 2007, 2014, 2018.

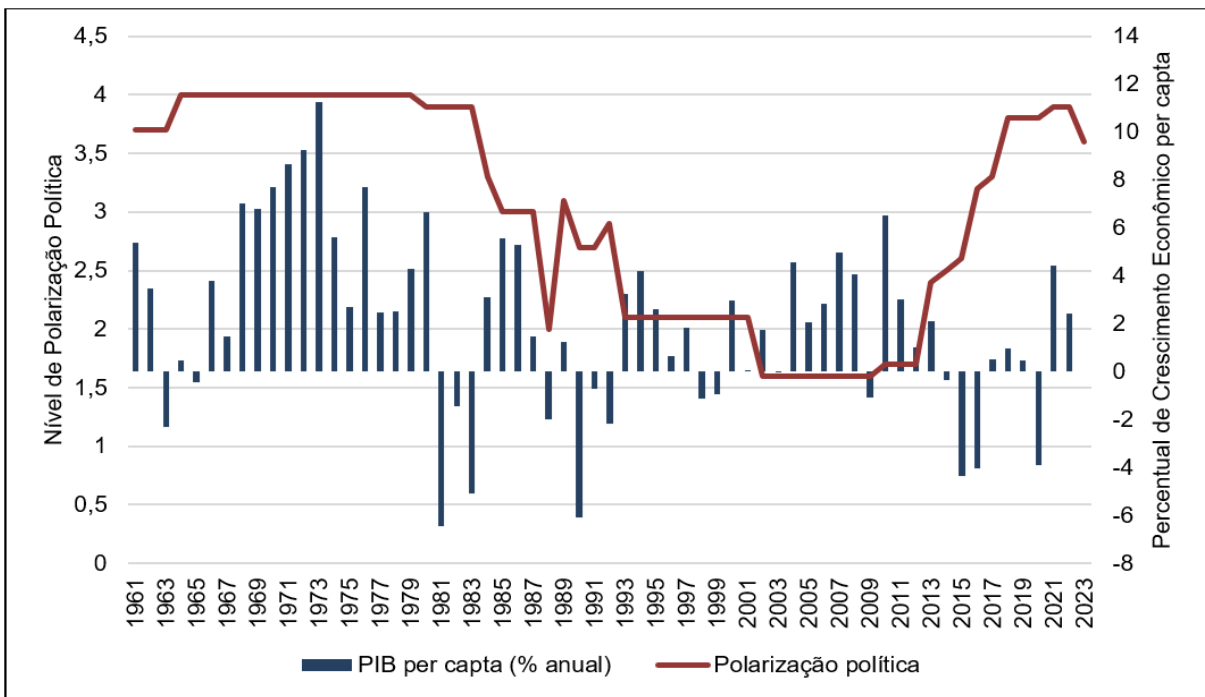
No artigo “Existe polarização política no Brasil” (Pablo Ortellado, Marcio Moretto e Leonardo Zeine, 2022), essa mesma base de dados foi analisada e, segundo os pesquisadores, a polarização observada possui um marcante componente geracional e parece ser impulsionada por alterações nos costumes sociais, que amplificaram o conservadorismo entre as gerações mais antigas, um fenômeno também notado na Europa e nos Estados Unidos, conforme apontado por Norris e Inglehart em seu trabalho de 2019, “Cultural backlash: Trump, Brexit and authoritarian populismo”. Foi destacado pelos autores brasileiros que a polarização nas identidades políticas de esquerda e de direita é mais intensa entre os mais velhos e os de menor



escolaridade. Este padrão de polarização identitária nos mais velhos está em linha com a literatura global que sugere que estas pessoas tendem a ser mais politizadas no sentido tradicional.

Agora que já mapeamos características ligadas à polarização, é relevante, também, colocarmos em perspectiva o cenário econômico do país para identificar possíveis relações com a polarização da sociedade. O Gráfico 7 apresenta a variação percentual do PIB *per capita* e o índice de polarização política.

Gráfico 7 - Polarização política x Crescimento Econômico *per capita* no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-Dem e *The World Bank data*.

Em relação ao período que precede o início da ditadura militar, foram registradas quedas na variação do PIB *per capita* de 5,37% em 1961, 3,48% em 1962 e -2,32% em 1963. Além disso, como foi visto no Gráfico 4, os primeiros registros de altos índices de mobilização pela autocracia surgiram em 1963. Dessa forma, podemos perceber que poderia haver alguma relação entre o mau desempenho econômico do país, a polarização política e a transição antidemocrática ocorrida em 1964.



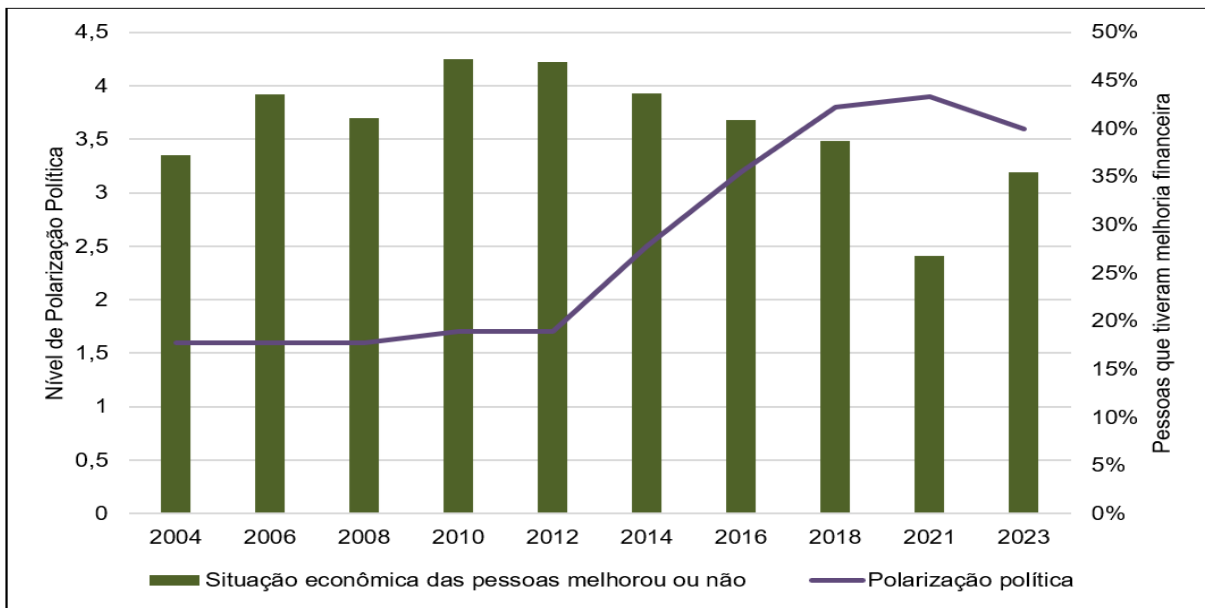
Durante os primeiros 15 anos da ditadura militar, o Brasil teve um bom desempenho econômico e conseguiu mais do que dobrar o PIB *per capita* dos brasileiros (de R\$6.265,76 em 1965 para R\$14.637,69 em 1980, alta de 133%). Todavia, nos anos que antecederam a volta da democracia, o Brasil passou por grandes dificuldades econômicas e registrou uma queda acumulada no PIB *per capita* de 9,8% entre os anos de 1980 e 1984. E, segundo o Gráfico 4, durante o mesmo período, as mobilizações pela democracia ganharam força e resultaram no fim do regime militar em 1985.

A partir de 2013, durante o primeiro governo Dilma, os índices de polarização começaram a se elevar novamente depois de quase 30 anos de uma tendência de queda. Em 2018 o índice de polarização já estava beirando o seu valor máximo, o que culminou no processo eleitoral mais polarizado até então, entre Fernando Haddad, candidato do PT, e Jair Bolsonaro, “outsider” do PSL. Entre 2013 e 2018, enquanto a polarização na sociedade aumentava, o Brasil enfrentava uma recessão econômica severa, registrando queda acumulada no PIB *per capita* de 7,2% no período, puxado pela grande recessão enfrentada nos anos de 2015 e 2016. Ou seja, novamente um período de elevada polarização política está acompanhado de um mau desempenho econômico.

O Gráfico 8 abaixo apresenta o indicador de percepção econômica, que indica a visão individual das pessoas em relação a sua própria situação financeira em relação ao último ano. Quanto maior for a porcentagem desse indicador, maior será a quantidade de pessoas que acreditam estar melhor financeiramente em relação ao ano anterior.



Gráfico 8 - Polarização política x Percepção econômica da população brasileira



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto V-dem e *Latin American Public Opinion Project (LAPOP)*.

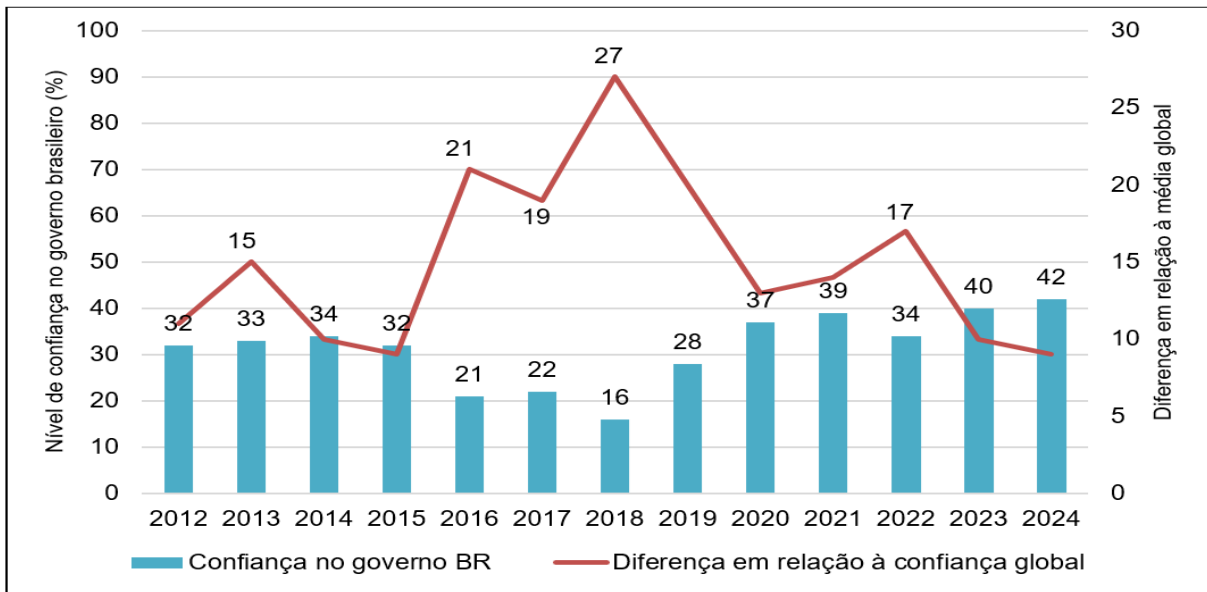
Por meio da análise do Gráfico 8, é possível observar que a tendência de queda na percepção financeira das pessoas a partir de 2012 acompanha a tendência de alta no índice de polarização política.

Logicamente, existe uma alta possibilidade de existir endogeneidade entre o desempenho econômico e a polarização política de um país. Todavia, não podemos descartar que a conexão entre essas duas variáveis existe e, no caso brasileiro, a situação econômica do país pode ser um dos grandes explicadores para polarização, transformando o sentimento de insatisfação econômica em mobilização política à procura de mudanças.

Um outro fator que tem relevância na análise da polarização política é a confiança da população no governo e nas instituições. Segundo o Gráfico 9, é possível perceber que a confiança da população brasileira no seu governo permaneceu pelo menos 9 pontos percentuais abaixo da média de confiança mundial. Os anos de 2016, 2017 e 2018 registraram o período de menor confiança no governo, chegando a registrar uma diferença de 27 pontos percentuais em relação ao restante do mundo.



Gráfico 9 - Índice de confiança no governo brasileiro



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *Eldeman Trust Barometer*.

Durante esse período, a Operação Lava-Jato, deflagrada em 2014, revelando escândalos de corrupção e condenando pessoas ligadas ao cenário político, ficou bem conhecida de todos os brasileiros. Além disso, o “jogo duro constitucional” que levou ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 é outro fator que sugere como a insatisfação política da população brasileira influenciou no aumento da polarização. Em março de 2016, uma pesquisa realizada pelo Datafolha mostrou que 68% dos entrevistados eram a favor do *impeachment*, enquanto 27% eram contra e 5% estavam indecisos.

Talvez a queda de confiança observada em 2022 seja consequência da má administração do governo Bolsonaro no cenário de pandemia, tendo repercutido na CPI da COVID em 2021 e também com algumas denúncias de corrupção associadas a seus filhos e parceiros políticos durante o período final de seu mandato. As eleições de 2022 elegeram um novo presidente, que buscou formar uma frente ampla e trazer diferentes espectros políticos para seu governo, vide a escolha de seu vice, anteriormente um adversário do campo político. A melhora no índice de confiança de 2023 e 2024 parece estar ligada a uma retomada democrática no país. Que continuemos no caminho da democracia!



5. Conclusões

Este estudo buscou analisar a complexa interação entre polarização política e economia no Brasil, revelando que a polarização possui um caráter predominantemente afetivo, marcado pela divisão entre petismo e antipetismo. Este fenômeno não se baseia tanto em ideologias políticas sólidas, mas em sentimentos e lealdades, conferindo à polarização brasileira um dinamismo peculiar, em que as emoções dos cidadãos respondem rapidamente a mudanças contextuais e a novas informações.

Os dados sugerem que o fenômeno de polarização brasileira está conectado a momentos de instabilidade econômica e queda de confiança no governo. Por meio da análise de dados, também foi possível perceber várias semelhanças entre o processo de transição para ditadura militar em 1964 e a trajetória recente que levou Bolsonaro ao poder e, depois, à sua não reeleição e sua inelegibilidade.

Segundo as análises, foi possível perceber que a polarização brasileira ainda é considerada moderada, com potencial de se tornar mais severa. Por isso, é o momento de mobilizar nossas forças para mudar a tendência atual e voltarmos a ter um país mais unido ao redor de objetivos comuns. Diferentemente de outros países, onde a divisão já está sedimentada, no Brasil existe muito mais dinamicidade para alterar essa realidade e a própria população ainda enxerga esse processo como reversível.

Os dados analisados reforçam que a polarização afetiva intensifica conflitos sociais e dificulta o progresso econômico ao criar um ambiente de incerteza política. Isso é especialmente verdadeiro no Brasil, onde o embate entre petismo e antipetismo tem alimentado um ciclo de instabilidade política e econômica que desafia os mecanismos tradicionais de governança democrática e retardam o crescimento econômico.

Para enfrentar esses desafios, algumas alternativas podem ser sugeridas a partir dos dados do documento. Primeiramente, campanhas de mídia que promovam o respeito mútuo e o diálogo entre diferentes grupos políticos podem ajudar a suavizar as divisões afetivas. Incentivar o engajamento em questões além da política partidária, como o voluntariado



comunitário e iniciativas de desenvolvimento local, podem também ajudar a reduzir a polarização ao fomentar um senso de comunidade e responsabilidade compartilhada. Reformas políticas que promovam sistemas eleitorais mais representativos e menos susceptíveis à polarização extrema também deveriam ser consideradas, como a adoção de votações em dois turnos para mais cargos executivos ou o reforço das regras de financiamento de campanha para diminuir a influência do dinheiro na política.

Sugere-se, ainda, a realização de estudos adicionais que possam explorar a relação entre a exposição a mídias sociais e a polarização afetiva, considerando a prevalência crescente das redes sociais como espaços de debate político. Estudos que acompanhem as alterações na polarização política em resposta a eventos econômicos ou políticos específicos também seriam valiosos para entender melhor como essas dinâmicas se desenvolvem e persistem ao longo do tempo.

Por fim, pesquisas focadas no impacto de políticas públicas destinadas a mitigar a desigualdade econômica e social podem oferecer *insights* sobre como reduzir a base da polarização, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Estes estudos não apenas contribuíram para uma compreensão mais aprofundada da polarização política brasileira, mas também para a elaboração de estratégias mais eficazes para fortalecer a democracia no Brasil.

6. Referências

Abramowitz, A. I.; Jacobson, G. C. **"Disconnected, or joined at the hip?"**. In: Pietro NOVOLA, P.; BRADY, D. (eds). *Red and Blue Nation? Characteristics and Causes of America's Polarized Politics*. Washington: Brookings Institution Press, 2006.

Abramowitz, A. I.; Saunders, K. **"Is polarization a myth?"**. *J. Politics*, v. 70, n. 2, p. 542-555, 2008.

Abramowitz, A. I.; Webster, S. **"The rise of negative partisanship and the nationalization of U.S. elections in the 21st century"**. *Electoral Stud.*, v. 41, p. 12-22, 2016.

Alvarez, R. Michael; Garrett, Geoffrey; Lange, Peter. **"Government partisanship, labor organization, and macroeconomic performance"**. *American Political Science Review*, v. 85, n. 2, p. 539-556, 1991.



Ames, B.; Smith, A. E. **"Knowing left from right: ideological identification in Brazil 2002-2006"**. *Journal of Politics in Latin America*, v. 2, n. 3, p. 3-38, 2010.

Bello, André. **"Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas"**. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* (40) • 2023.

Bello, André. **"Polarização política dinâmica: evidências do Brasil"**. *Opin. Pública* 29 (1) • Jan-Apr 2023.

Billig, M.; Tajfel, H. **"Social categorization and similarity in intergroup behavior"**. *Eur. J. Soc. Psychol.*, v. 3, n. 1, p. 27-52, 1973.

Carreirão, Y. **"Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006"**. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.

Carreirão, Y.; Ribeiro, E.; Borba, J. **"Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros"**. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 333-368, 2011.

Castro, Vítor; Martins, Rodrigo. **"Government ideology and economic freedom"**. *Journal of Comparative Economics*, v. 49, n. 1, p. 73-91, 2021.

Clausewitz, C. von. **Vom Kriege (Sobre a Guerra)**. Berlim: Dümmlers Verlag, 1832.

Duverger, M. **L'Influence des systèmes électoraux sur la vie politique**. Paris: Armand Colin, 1950.

Fiorina, M.; Abrams, S.; Pope, J. **Culture War? The Myth of a Polarized America**. New York: Pearson-Longman, 2005.

Fiorina, M. P.; Abrams, S.; Pope, J. **"Polarization in the American public: misconceptions and misreadings"**. *J. Politics*, v. 70, n. 2, p. 556-560, 2008.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. **"Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018"**. *Opinião Pública*, v. 26, n. 3, p. 401-430, 2020.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. **"Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil"**. *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022.

Gaertner, S.; Dovidio, J.; Anastasio, P.; Bachman, B.; Rust, M. **"The common ingroup identity model: recategorization and the reduction of intergroup bias"**. *Eur. Rev. Soc. Psychol.*, v. 4, n. 1, p. 1-26, 1993.

Greene, K. F. **Why dominant parties lose: Mexico's democratization in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Hunter, J. D. **"Culture wars: the struggle to define America"**. New York: Basic Books, 1991.



Iyengar, S.; Sood, G.; Lelkes, Y. "**Affect, not ideology: a social identity perspective on polarization**". *Public Opin. Q.*, v. 76, n. 3, p. 405-431, 2012.

Keynes, J. M. **The General Theory of Employment, Interest, and Money**. London: Macmillan, 1936.

Lelkes, Y.; Westwood, S. J. "**The limits of partisan prejudice**". *J. Politics*, v. 79, n. 2, p. 485-501, 2017.

Levendusky, M. S.; Malhotra, N. "**Does media coverage of partisan polarization affect political attitudes?**". *Political Commun.*, v. 33, n. 2, p. 283-301, 2016a.

Levitsky, S.; Ziblatt, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Lijphart, A. **Modelos de democracia**. São Paulo: Planeta, 2008.

Limongi, F.; Cortez, R. "**As eleições de 2010 e o quadro partidário**". *Novos Estudos CEBRAP*, v. 88, p. 21-37, 2010.

Mason, L. "**I disrespectfully agree: the differential effects of partisan sorting on social and issue polarization**". *Am. J. Political Sci.*, v. 59, n. 1, p. 128-145, 2015.

McGrath, M. C. "**Economic behavior and the partisan perceptual screen**". *Q. J. Political Sci.*, v. 11, n. 4, p. 363-383, 2017.

Miranda, J. V. S. "**O conflito de interpretações nas esquerdas a respeito das manifestações de junho de 2013**". *Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte*, v. 2, n. 2, p. 422-435, ago./dez. 2017.

Netto, José Paulo (2007). "**Desigualdade, pobreza e Serviço Social**". *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Dossiê Serviço Social na América Latina*. Rio de Janeiro, n. 19, pp. 135-170.

Nobre, Marcos. (2013) **O Imobilismo em movimento: Da redemocratização ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras.

Ortellado, P.; Ribeiro, M. M.; Zeine, L. "**Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião**". *Opinião Pública, Campinas*, vol. 28, nº 1, p. 62-91, 2022.

Pochmann, Marcio. "**Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula**". *SER Social, Brasília*, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.

Rennó, L. "**The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections**". *Latin American Politics and Society*, vol. 62, nº 3, 2020.

Samuels, D. J.; Zucco, C. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.



Sears D. 1975. "**Political socialization**". In Handbook of Political Science, Vol. 2, ed. F Greenstein, N Polsby, pp. 93–154. Reading, MA: Addison-Wesley.

Singer, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

Smith, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. London: W. Strahan and T. Cadell, 1776.

Sposati, Aldaiza (2011). "**Tendências latino-americanas da política social no século 21**". R. Katál. Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun., pp. 104-115.

Zucco, Cesar; Power, Timothy J. "**Bolsa Família and the shift in Lula's electoral base, 2002-2006: a reply to Bohn**". Latin American Research Review, v. 48, n. 2, p. 3-24, 2013.